

Brasil reescalonou dívida com os EUA

Washington — O Brasil assinou ontem um acordo para reescalonar a dívida pública de cerca de 1 bilhão e seiscentos milhões de dólares que mantém com o governo dos Estados Unidos.

“Estamos extremamente felizes por concluir este acordo, que aproxima mais o Brasil da normalização de suas relações com a comunidade financeira internacional”, declarou o presidente do Eximbank, John D. Macomber.

“Esperamos que o compromisso seja cumprido em sua totalidade e que o Brasil continue reformando sua economia, cumprando suas obrigações internacionais e com isto ajude a fundamentar uma maior cooperação econômica com os Estados Unidos”, acrescentou o presidente do banco.

O acordo foi firmado entre o ministro da Economia do Brasil, Marcílio Marques Moreira, e o subsecretário de Estado para Finanças Internacionais e Desen-

volvimento, Joseph Saloom.

Cerca de dois terços dos 1 bilhão e seiscentos milhões de dólares correspondem a dívidas com o Eximbank, enquanto o restante da dívida relaciona-se com compromissos firmados com a Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos e o Departamento de Agricultura.

O documento assinado ontem é consequência da renegociação da dívida realizada entre o Brasil e os países-membros do Clube de Paris em fevereiro deste ano.

O ministro Marcílio Marques Moreira, que também se declarou satisfeito com o acordo, encontra-se nesta capital para assistir à reunião anual conjunta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que se encerra hoje.

No início desta semana o Brasil já havia chegado a um acordo com o Comitê Assessor dos Bancos Credores sobre a minuta do

acordo sobre a renegociação da dívida.

Dívida argentina — A Argentina e seus credores conseguiram progresso no reescalonamento da dívida externa daquele país, calculada em 23 bilhões de dólares quanto aos bancos privados, informou ontem um porta-voz dos credores.

O porta-voz, William R. Rhodes, vice-presidente do Citibank e membro do Comitê Assessor dos Bancos Credores, disse que os membros desta comissão “concordaram em comprometer-se a trocar um mínimo de 35 por cento de sua dívida por obrigações com desconto, com o restante de suas subscrições ficando para serem compostos por obrigações ao par”.

A opção de obrigações com desconto abrange 65 por cento do valor nominal da dívida, enquanto a opção das obrigações ao par abrange o valor total e reduzida taxa de juros.